

Das origens de Portalegre

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Em jeito de introdução

A curiosidade é permanente. Todos nós, mais tarde ou mais cedo, queremos saber de nossas origens. Mais do que para onde vamos, antoja-nos a questão: donde viemos?

Não é que a origem influencie inevitavelmente o percurso, na obediência a uma lei envolta num manto de determinismo fatalista: assim se nasceu, assim há-de ser! Não: sentir-se ramo duma árvore enraizada nos tempos é necessidade de sempre. Nas pessoas, nas instituições, nas... cidades! E, se não se sabe, inventa-se! De preferência com íntimo ligame a uma personagem bíblica ou da mitologia antiga. Assim, Lisboa... fundada por Ulisses!¹...

Não se nega a importância do “berço”; proclama-se, porém, na eloquente frase de António Machado, (...) *caminhante, no hay caminho, se hace camino al andar* (...)².

E se tal se afirma em relação às pessoas, idêntica preocupação se há-de ter para com as cidades no seu nascimento e devir.

Teve a cidade de Portalegre uma sorte e um azar. Sorte porque, alimentada nos seus alicerces com as pedras vindas de uma povoação próxima, cedo com ela se confundiu. Azar, porque, nessa confusão, a outra lhe ganhou a palma e lhe obnubilou as façanhas.

Mas... porque é que, a determinado momento, algumas famílias terão pensado em instalar-se no local onde hoje a cidade se encontra?

A resposta é sempre a mesma: por razões de sobrevivência. Urgia encontrar sítio de bons ares e de boas possibilidades para obter meios de subsistência, em segurança. E se, hoje, a palavra “segurança” ganhou fortes contornos, amiúde somos levados a esquecer que foi essa, sempre, uma preocupação dominante.

Não se errará, pois, se se afirmar que, um dia, uma família, ali se instalou, porque era bom viver ali. Outras a terão acompanhado, houve a necessidade de se organizarem do ponto de vista geográfico,

económico, social e, depois, político (no sentido prístino que a palavra encerra).

Que nome dar a esse ajuntamento, para lhe acentuar as características, e, assim, o distinguir dos demais? “Porto Alegre – Portalegre” se terá afigurado como a melhor solução. Porto, local de chegada, mas também, naturalmente, local de partida e de passagem. Todas essas noções se enquadram na génese e na vida das gentes de Portalegre. D’outrora e dos nossos dias. Na verdade, o local de assentamento da cidade era mesmo um “porto”, o obrigatório lugar de passagem entre o Norte e o Sul; há notícia de “vendas” ali existentes desde recuados tempos, o que também prova a importância do sítio.

Os vestígios mais antigos

Importa, pois, esclarecer o que atrás se adiantou, buscando as mais antigas referências à cidade. De algumas se dirá então, ainda que se não pretenda trazer nesse domínio novidades, já que Amílcar Guerra teve ocasião de gizar, em 1996, circunstanciada síntese acerca do que sobre o tema se escreveu.

O sítio da cidade não se poderá, todavia, desligar dos seus arredores e também não será possível apontar uma data, mesmo de longo termo, para o povoamento da região. Haja em vista que por ali existem abundantes menhires e antas, monumentos datáveis

The origins of Portalegre

We revisit the authors of old who recounted the legendary origins of Portalegre. The nearby presence of the ruins of *Ammaia* and the fact that the inscription commissioned by the inhabitants of *Ammaia* was seen in the city very early was a factor in Portalegre identifying itself with that Roman city. Note, however, that humans have occupied this area for a very long time.

do período neolítico, que Jorge Oliveira sobejamente estudou e de que apenas dois textos se citam na bibliografia³, a título de exemplo.

Mais próximos de nós, digamos assim, estão os homens da Idade do Ferro, porque o aumento da população provocou alterações no modo de vida e a necessidade de acautelar a defesa dos aglomerados populacionais levou a procurar locais altaneiros, mais defensáveis, portanto. Não admiraria, por conseguinte, que pudessem ter sido encontrados vestígios dessa época, que, devido à incipiente compreensão das gentes, acabaram por ser destruídos. Os arqueólogos, porém, lograram identificá-los, e toda a zona envolvente da cidade e, de um modo geral, a serra de São Mamede apresentam vestígios dessa ocupação⁴.

Aliás, é de ter em conta que só a partir do século XVI, com o Humanismo e o Renascimento, se começou a olhar para a paisagem com olhos de perscrutar antiguidades, pois, como atrás se referia, importava encontrar elos de ligação com essa Antiguidade Clássica (não se chamaria assim, nessa altura...), prestigiado e fecundo manancial donde a civilização ocidental promanara.

E se pedras romanas (informes ou não) escondidas no ventre de paredes caiadas não saltariam à vista, uma houve que, por ter letras, devidamente se salvaguardou e foi colocada na ermida do Espírito Santo. Como adiante se verá, conta o padre Cardoso no *Agiologio Lusitano*, publicado em 1652, que foi mesmo nos alicerces desse templo, sito (...) *fora dos muros da cidade de Portalegre* (...) ⁵ que a pedra foi achada.

Se tal salvamento foi providencial, certo é que daí surgiram as maiores confusões, porque cedo se percebeu que se tratava da homenagem prestada a um imperador romano, nada mais, nada menos do que por iniciativa dos *MUNICIP. AMMAI*, abreviaturas que não poderiam significar senão *MUNICIP(es). AMMAI(enses)*, “municípios amaienses”! Ou seja, houvera por ali um município romano, cujo nome de imediato se tentou compreender qual seria.

Ora aconteceu que, ao mesmo tempo, não haviam passado despercebidas imponentes ruínas que distavam não muito da cidade. Concretamente, em São Salvador de Aramenha. Daí a pensar-se que muitas das pedras usadas nas construções da cidade de Portalegre dali teriam provindo foi um passo simples de dar. Não se intuiu, porém — ou não interessava intuir — que também a epígrafe da ermida dali pudesse ter ido, mesmo que encontrada “nos alicerces” do templo.

O testemunho de frei Amador Arrais

Foi D. frei Amador Arrais (1530-1600), bispo de Portalegre desde 1581 a 1596, quem, para além do importante contributo que deu para a construção da sua sé, se interessou, naturalmente, pela história antiga e, de resto, pelas questões candentes do seu tempo.

Desta sorte, tendo-se retirado para o Colégio do Carmo de Coimbra, após haver resignado ao bispado,

quis aproveitar o tempo para dar conta das suas reflexões de ancião, no livro *Diálogos*, publicado, em Coimbra, no ano de 1589, em casa do impressor António de Mariz, (...) *com licença do Santo Ofício e do Ordinário e com privilégio real* (...), como era de cotio nesses tempos. Embora resignatário, o título de “bispo de Portalegre” ainda vem na capa do volume.

O diálogo era o artifício usado para emprestar maior leveza à narrativa, um estilo que já Platão adotara, porque permitia mais facilmente satisfazer curiosidades e emitir opinião sobre ideias correntes que um dos dialogantes apresentasse.

Assim, no capítulo VIII do seu diálogo terceiro, intitulado “Da glória e triunfo dos Lusitanos”, capítulo que trata “Dos lugares estendidos da Lusitânia”, começa por lamentar o estado ruinoso em que muitos desses vetustos lugares se encontram: (...) *Que se fez de Ossonoba, cidade catedral no Algarve, onde agora se diz Estombre? (...) Destruída jaz a cidade Colippo, junto de Leiria, onde chamam S. Sebastião, como já disse (...). Ruinada de todo jaz Myrobriga ou Medrobiga [sic], que ora se chama Aremenha, junto de Marvão sobre o rio Sever, digno de ser conhecido pela sua frescura e pela pescaria de muitas trutas que nele se criam. Em meu tempo se acharam nas suas ruínas muitas colunas e sepulturas de mármore preciosos com elegantes letras e algumas moedas de ouro muito belas. (...) Caio César nos seus comentários chama a este lugar Medrobiga [sic] e diz que a expugnou com o monte Hermínio, onde os Medobrigenses [sic] se acolheram, Cássio Longino pretor, pelo ódio que tinha à província de Lusitânia, onde, sendo questor, fora à traição ferido* (...) ⁶.

À margem, como também era hábito, dá a indicação do livro onde bebeu a informação de César: uma obra intitulada *De Bello Alexandrino*. É comum os autores do Renascimento aduzirem para prova das suas afirmações passagens de livros antigos, existentes nas suas bibliotecas ou nas bibliotecas conventuais. Amiúde, são livros conhecidos, passíveis, portanto, de confronto; neste caso, *De Bello Alexandrino* terá sido, mui provavelmente, *Aulus Hirtius Pansa*, legado de César, quem o redigiu e é no capítulo XIV, 48, que alude a esse ataque de Longino contra a lusitana *Medobrega* e o Monte Hermínio, onde os medobrigenses se acoitaram.

Façamos uma pausa aqui:

1. Acaba de citar-se a 1.^a edição dos *Diálogos*, publicada em 1589, mas certamente preparada uns anos antes. Na 2.^a, datada de 1604, o citado capítulo VIII vai ter outro título e as informações sobre Portalegre serão muito mais completas, já se incluindo aí dois dados, que são os habitualmente citados de Arrais: a referência à epígrafe que nos vai ocupar, e que tanta confusão gerou, e a criação da lenda acerca da origem da cidade.

2. O livro *De Antiquitatibus Lusitaniae*, de André de Resende (1498-1573), é uma obra póstuma, publicada com data de 1593. Isto é, Resende não teve conhecimento da epígrafe atrás citada; outro teria sido,

sem dúvida, o seu raciocínio, se tal houvera ocorrido. Sucede, porém, que, na edição, Diogo Mendes de Vasconcelos preparou “escólios” aos quatro livros de André de Resende. Prende-se uma dessas emendas com as vias romanas entre Lisboa e Mérida. Aí *Medobriga* vem identificada com Aramenha⁷ e a Portalegre dá-se o nome de *Amaea*⁸, sintoma de que já lhe poderia ter chegado — a ele, Mendes de Vasconcelos — a informação da existência da epígrafe dedicada pelos *municipes Ammaienses*.

3. Os Montes Hermínios: identificados comumente com a serra da Estrela e relevos seus acompanhantes, deixaram já de ter essa aura antiga; contudo, a reflexão levada a cabo por Jorge de Alarcão levou-o a concluir que (...) *ponderadas todas as razões, e tendo em vista a oronímia medieval, parece que devemos aceitar que, na Antiguidade, a Serra da Estrela se chamou mons herminius. Fica-nos apenas uma dúvida: se este nome designava apenas aquela serra, ou se a designação se estendia ao conjunto das serranias da Beira, de Montemuro à Marofa, da Gardunha à Serra das Mesas (...)*⁹.

4. Quanto a Medobriga, (...) *ainda que a situação exacta possa discutir-se, a localização no concelho da Meda, proposta desde longa data, não parece sofrer dúvidas (...)*¹⁰.

Pinho Leal

Tentemos, então, descortinar melhor a partir de quando é que se sabe dessa inscrição, voltando a Amador Arrais, agora pela mão de Pinho Leal que, s. v. “Portalegre”, escreve em 1878, do seu *Portugal Antigo e Moderno*: (...) *O bispo, D. frei Amador Arrais, supõe que foi edificada com os materiais da antiga cidade de Medobriga [sic] (...), que, segundo este antiquário, havia sido fundada por Brigo, 4.º rei de Espanha, 1900 antes de Jesus Cristo, e que foi Lysias, filho (ou capitão) de Baco, filho de Semele, que aqui veio ter, de idade avançada, pelos 1300 anos antes de Jesus Cristo; e, achando o sítio a seu gosto, edificou uma fortaleza e um templo, consagrado a Dionísio ou Baco, seu deus. (...) A fortaleza e o templo eram no sítio onde hoje existe a ermida de S. Cristóvão e ainda se dá o nome de ‘ribeiro de Baco’ a um arroio que corre próximo da ermida (...)*¹¹.

Argumenta depois Pinho Leal que Baco também foi divindade romana, pelo que não será Portalegre tão antiga assim, embora considere que (...) *com certeza já existia no tempo dos Romanos, qualquer que fosse o local da sua situação, que, se não era o actual, era a pouca distância (...)*.

Lísias terá mudado o nome de *Medobriga* para *Amaya* ou *Ameya*. E a confirmação disso é (...) *o que se colige de um cipo romano (talvez pedestal de uma estátua) achado nos alicerces da ermida do Espírito Santo, que dizia (...)* — e transcreve a inscrição.

E se (...) *‘ribeiro de Baco’ (...)*, como Jorge de Oliveira nos sugeriu, é corrompida designação de “bácoro” por “Baco”, numa alusão à normal criação

local de gado porcino, já a relação de *Ammaia* com Lísias se prende com a atrás citada busca de personagens mitológicas suscetíveis de dar lustre ao local. Atente-se, no entanto, que Lísias teria sido o fundador de *Ammaia*, povoação ainda nessa altura identificável como a antecessora de Portalegre.

O padre Jorge Cardoso

Escreveu o padre Jorge Cardoso o *Agiologio Lusitano*. Daí importa recortar esta passagem, que, escusando-me eu por ser longa¹², creio ser deveras elucidativa: (...) *Da fundação e antiguidade da cidade de Portalegre não tratam os geógrafos antigos nem nossos cronistas; o bispo D. F. Amador Arrais tem por verosímil que das ruínas da antiga Medobriga, expugnada pelo exército de Cássio Longino, capitão romano, foi povoada, cujos vestígios permanecem ainda hoje ao pé da vila de Marvão. Que tomou por nome Ammaia se prova de um cipo romano, que parece servia de base em alguma estátua, o qual está hoje na Ermida de Espírito S. extra muros da mesma cidade, em cujos alicerces se achou, e diz assim IMP.CÆS. L. AVRELIO VERO AVG.DIVI ANTONINI F. PONT. MAX. CONS. II. TRIB.PO. P. P. MVNICIP. AMMAIA. Querem dizer: O Município de Ammaia erigiu esta memória ao Imperador César, Lúcio, Aurélio, Vero, Augusto, filho de Antonino, Pontífice Máximo. Cônsul duas vezes, Tribuno do povo, e pai da pátria (...)*.

Esta opinião segue já Gaspar Barreiros e Diogo Mendes de Vasconcelos; aquele nas *Notas Manuscritas à 7.ª Tábua de Ptolomeu*; este no livro 4 *Antiquitatum Lusitaniæ*, que sucede a André de Resende, os quais na palavra [*Ammea*] lêem ambos [*Portalegre*]. Acrescenta o bispo Arrais (...) *Que Lysias filho, ou capitão de Baco, buscando repouso na velhice, povoou Portalegre da gente, que vinha em sua companhia, e nele [sic] edificou um forte, e pagode, dos quais se mostra ainda agora as ruínas, consagrado a Dionísio, ou Baco seu deus, e apelidando a serra do nome de uma sua filha, chamada Maia, donde se pegou o mesmo nome à povoação com alguma corrupção, ou sem ela, onde dizem que Lysias foi sepultado etc. Finalmente a tradição, que nas antiguidades tem grande força, afirma estar edificada no sítio em que estavam umas vendas chamadas Portelos, junto à ermida de S. Bartolomeu, cujo nome ainda hoje se conserva, e que do Porto, sítio que divide a Penha de S. Tomé, de Cabeça de Mouzo [sic], tomou o nome, e da amenidade da terra se compôs o de ‘Porto-alegre’, Como quer que seja, ela está ao presente ao pé da serra de seu nome, em fresco terreno, regado de claras e salutíferas águas, povoado de diversidade de arvoredos, em circuito de quase três léguas de olivais, vinhas e soutos, retalhado de duas mil fontes, que em seu termo brotam (...)*¹³.

Chegados a este ponto, guiados que fomos por Pinho Leal e pelo padre Jorge Cardoso, cumpre interrogarmos: onde é que eles foram buscar estas informações todas, acerca do que escreveu frei Amador Arrais?

A resposta está no facto de a 2.^a edição dos *Diálogos*, datada de 1604, portanto, também ela póstuma, ter a seguinte informação logo na capa: *revistos, e acrescentados pelo mesmo Autor nesta segunda impressão*. Assim, o capítulo VIII do diálogo IV, que deixou de ter o título “Consola-se Antíoco com as novas de sua morte que lhe dá Caledónio” para passar a ser “Da Serra e Cidade de Portalegre Município do Antigo Lácio”¹⁴, começa justamente com a informação sobre a epígrafe, estando a curiosa história de Lysias na página 112v.

Ou seja, num curto espaço de tempo, entrou no processo esse elemento do maior interesse: a existência (...) *na igreja do Espírito Santo de Portalegre extramuros (...) de (...) um mármore quase quadrado que parece ter sido pedestral [sic] ou peanha de alguma estátua, em suas molduras e cornijas e ora serve de cepo aonde se lançam esmolas (...)*, para usarmos a expressão de Amador Arrais, que, após ter lido e traduzido o leiteiro nela inscrito, não se inibe de comentar que, nele, a palavra *Ammai* está escrita (...) *com dobrado M e o verdadeiro nome deste município e sua ortografia parece que foi Maya ou Amaya, salvo se a povoação se nomeava Ammai e Maya a serra, como se mostra de uns cadernos mui gastados da Antiguidade, que me pareceram traduzidas de outra língua na nossa e letra de mão (...)*.

Primeira conclusão e o testemunho de Sotto Mayor

Em suma: à pergunta “qual a origem da cidade de Portalegre?”, cremos poder manter a resposta por onde se começou: o sítio era bom, a população acorreu, a povoação ganhou importância e quando, em idade madura, digamos assim, sobreveio a interrogação acerca dos seus primórdios, criaram-se lendas com base nos dados mais consistentes em mão, as pedras antigas que se viam e a inscrição, que veio esclarecer, ou melhor, lançar a discussão sobre o nome antigo da cidade.

Foi, pois, natural, que a todos esses dados amplamente se referisse, não muitos anos após a 2.^a edição dos *Diálogos*, concretamente em 1619, o (...) *indigno capelão em a Santa Sé da dita cidade (...)*, padre Diogo Pereira Sotto Maior, no *Tratado da Cidade de Portalegre...*¹⁵, escrito que houve por bem dirigir a D. Rodrigo da Cunha, bispo de Portalegre. O padre Diogo fora prior em Galegos, muito perto das ruínas de *Ammaia*, conhecia a região como poucos e quis informar o seu bispo de tudo aquilo que lhe estava bem presente. É, por exemplo, o primeiro a referir a ponte, construída no seu tempo. Um *Tratado* a ser lido, de facto, com toda a atenção.

Porventura o clima geral que então se vivia no país influenciou o capelão. Ainda se não encarou, desse prisma, essa publicação, mas é bem provável que tal pudesse ter acontecido, atendendo à proximidade da fronteira. E a situação era, como se sabe, a seguinte: só o povo se revoltou em 1580 contra a anexação de

Portugal pela Espanha; clero, nobreza e burguesia viam nessa união boas perspectivas de ascensão e, de resto, haviam sido nesse sentido as promessas de Filipe II nas Cortes de Tomar.

Pelos finais da segunda década do século XVII, contudo, essas perspectivas deram em esmorecer, uma vez que as promessas feitas se não haviam cumprido e, também, a proposta de Lisboa vir a ser a capital dos dois reinos não colhera os favores espanhóis¹⁶. Recorde-se que, nesse aspecto, Portalegre não deixou de ter papel de relevo, como o prova a fonte, atualmente salvaguardada em Cascais, onde se lê *IMPERANDO PHELIPO 3º PORTVGALIAE REGE ET HISPANIAE ANNO DOMINI 1623*¹⁷. Como Aurélio Bentes Bravo teve a gentileza de me elucidar, em mensagem de 17 de janeiro de 2019, (...) *a construção da fonte em honra de Filipe III, naquela época teria sido muito provavelmente pacífica e mesmo aclamada, como o foi aliás e muito, a anterior visita de Filipe II a Portalegre, em 1581. O estado de espírito das populações, numa nação ao tempo acabrunhada e triste, foi possivelmente o de aceitar o facto consumado, sem grandes resistências (como sem resistência foi a invasão do Duque de Alba, um ano antes) (...)*. Dizendo doutro modo: o estado de espírito (...) *acabrunhado e triste (...)* justificava a necessidade de se exaltar a antiguidade e a nobreza da cidade. Não se logrou, todavia — ou não se quis!.. — reconhecer que tudo o que se poderia dizer, com base nesses dados, sobre Portalegre, eram, de facto, relativos a *Ammaia!*

Os testemunhos epigráficos

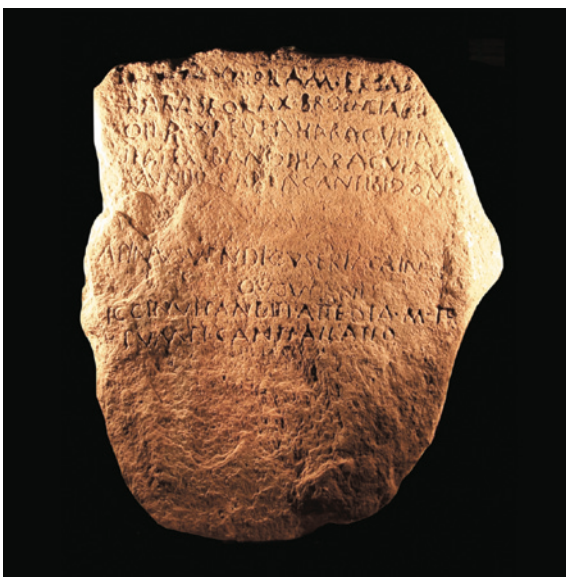
Tempo é, pois, de nos debruçarmos não apenas sobre essa inscrição — que, como se compreende, foi de *Ammaia* para Portalegre — como, em traços largos, sobre o panorama que algum dos mais significativos monumentos epigráficos do distrito nos permite alinhar no que concerne ao ambiente aí vivido na época romana. Não é a essa era que remonta a ocupação humana do sítio, como se disse; não há dúvida, porém, de que esse foi um período resplandecente — e o termo não é exagerado! Assim o poderemos demonstrar.

Uma inscrição em “língua lusitana”

Temos dois ambientes populacionais bem evidentes na região, mesmo que pareça lugar-comum fazer a distinção entre os meios urbano e rural. Portalegre não foge, contudo, à regra que vimos em relação a *Ebora* ou a *Pax Iulia*: no meio urbano, o predomínio da onomástica de raiz latina; no meio rural, a preferência por antropónimos que, embora grafados à latina, radicam em étimos pré-romanos.

Desconhece-se qual a procedência exata de uma das mais relevantes descobertas epigráficas da Lusitânia: a inscrição em língua “dita lusitana” que nos foi dito ter sido encontrada no termo de Arronches (fig. 1).

1 | Inscrição epigráfica em “língua lusitana”, proveniente do termo de Arronches.



Três aspectos merecem, a esse respeito, o maior realce, mesmo sem entrarmos em pormenores eruditos só entendíveis pelos especialistas.

Prende-se o primeiro com o facto de, pelos vocábulos ali patentes, quer ao nível da onomástica, quer da teonímia, a epígrafe ser passível de se relacionar com outras inscrições — de Lamas de Moledo, de Cabeço das Fráguas, de Arroyo de La Luz (Cáceres)... — a que se atribuiu a classificação de textos em “língua lusitana”, tal a verdadeira simbiose ali patente entre vocábulos pré-romanos e latinos, de acordo, por outro lado, com uma estrutura sintática que não obedece aos cânones latinos.

A possibilidade de — como nas demais — o texto se relacionar com fenómenos de transumância não tem sido descurada, na medida em que se documenta o sacrifício de ovelhas, por exemplo, a divindades que seriam as protetoras dos rebanhos e dos povos a que eles pertenciam: dez ovelhas a *Broeneia*, dez touros a *Reva Haracus*... É sugestiva, por isso, a ideia de, em momento de paragem forçada, os diferentes “povos” se reunirem para esse culto ancestral.

Tal descoberta, ocorrida em 2008, e prontamente dada a conhecer¹⁸ — o que de imediato possibilitou aturados estudos¹⁹ — alcançou a região a um alto nível do ponto de vista da sua população indígena, a mostrar que os romanos vieram, sim, criaram núcleos urbanos, mas a população indígena permaneceu ativa.

A dedicatória a Lúcio Vero

A leitura interpretada da dedicatória imperial levada de *Ammaia* para a igreja do Espírito Santo — hoje no museu da cidade de *Ammaia* — é a seguinte: *IMP(eratori) · CAES(ari) · L(ucio) · AVRE/LIO VERO AVG(usto) (hedera) / DIVI · ANTONINI · F(ilio) / PONT(ifici) · MAX(imo) · TRIB(unicia) · POT(estate) / ⁵CO(n)S(uli) · II (secundum) · P(atri) · P(atriae) · / MVNICIP(es) · AMMAI(enses)* (fig. 2).

Que poderá traduzir-se desta forma: “Ao imperador César Lúcio Aurélio Vero Augusto, filho do Divino

Antonino, pontífice máximo, com poder tribunicio, cônsul pela segunda vez, pai da Pátria — os munícipes de *Ammaia*”.

Trata-se do imperador Lúcio Vero e o texto deve ser datado dos finais do ano de 166, altura em que ao soberano foi dado o título de “Pai da Pátria”; aliás, o terceiro consulado ser-lhe-á atribuído em janeiro do ano seguinte. Foi omitido o número do poder tribunicio, poder de julgar que o imperador renovava cada ano, no dia de aniversário da sua tomada de posse; deveria ter sido mencionado o VII. Seu pai, Antonino-o-Pio, foi divinizado após a morte; ser pontífice máximo era prerrogativa imperial, assumindo-se como intermediário privilegiado entre o seu povo e as divindades; a função de cônsul dava-lhe autoridade sobre as forças armadas e podia ser exercida mais do que uma vez, consoante as circunstâncias; ser “Pai da Pátria” constitui, como facilmente se depreende, um título honorífico, dado a quem está a exercer eficazmente o seu mandato em prol do bem comum.

Cedo compreenderam os comentadores que os dedicantes eram os munícipes amaienses, desdobramento que se prefere ao (mais frio...) “Município Amaiense”, porque, afinal, o município era constituído por pessoas! Essa designação apresenta-se, por outro lado, como sinal claro de que *Ammaia* fora elevada à categoria de *municipium*, uma das organizações sociopolíticas mais importantes, de ponto de vista político, ao nível local. O elemento toponímico — que justificou a identificação de Portalegre com uma possível *Ammaea*, como vimos em Diogo de Vasconcelos — confirma o que outro documento epigráfico, datado de um período bastante anterior, demonstrou.

Emílio Hübner, o epigrafista alemão que deu forma ao *Corpus Inscriptionum Latinarum*²⁰, aí incluiu esta epígrafe, que, no entanto, não logrou estudar *in loco*. Baseou-se, antes, na muita bibliografia em que a inscrição fora citada, apesar de nem sempre o ter sido



2 | Inscrição epigráfica, com dedicatória ao imperador Lúcio Vero, atualmente no Museu Municipal de Marvão.

corretamente nos seus pormenores. Registe-se que Hübner considerou como referência mais antiga a do manuscrito de *Hieronymus Surita* (também grafado *Zurita*), historiador natural de Saragoça (1512-1580), que se interessou pelas antiguidades e certamente viajou pela Península Ibérica²¹; a inscrição, bem indicada como estando na igreja do Espírito Santo, num cipo, está copiada na folha 56 do códice 7113 do Vaticano — uma leitura, diga-se, perfeitamente correta.

Saliente-se que também a Lúcio Vero foi feita uma dedicatória oficial em *Pax Iulia*²², entre os anos de 139 e 161, após a sua adoção por Antonino Pio e antes de ser nomeado imperador.

A homenagem ao imperador Cláudio

Data do ano de 44 e assume particular importância este monumento que se guarda no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa²³ (fig. 3). Deu-o a conhecer José Leite de Vasconcelos numa publicação de 1935 e desde então tem sido amiúde referido por três motivos principais: — documentar a íntima relação que o imperador Cláudio (reinou de 41 a 54) teve com a cidade, patente, por exemplo, no facto de ter outorgado a título individual (*virum*) o estatuto de cidadão romano a um dos magistrados amaienses²⁴; — testemunhar que a homenagem resulta do voto anual (*ex voto annuo*) a que a população se teria obrigado, informação única, quanto se saiba, e que pode relacionar-se com o juramento de fidelidade referido pelo imperador Augusto, representado, muito possivelmente, no juramento dos Aricienses (de *Aritium Vetus*, localizável perto de Alvega, Abrantes — IRCP 647), *Ammaia* estava bem ao corrente dos costumes institucionais e isto prova cabalmente quanta importância detinha e lhe era atribuída, porquanto há, inclusive, a menção ao legado provincial, Lúcio Calvêncio Véter Carmínio, a denunciar que se tratava, de facto, de um ato político, com honras provinciais — e a capital da Lusitânia, *Emerita Augusta*, estava tão perto!...; — por último, pelo facto de a dedicatória ser feita pela *civitas Ammaiensis*, a demonstrar que o núcleo urbano ainda não tinha sido elevado à categoria de município, mencionando-se, aliás, no final dois indígenas, de onomástica claramente lusitana — Próculo, filho de Pisiro, e Omuncião, filho de Cilaio — que terão sido, naturalmente, os magistrados encarregados de concretizar a organização do evento, numa antecipação do que virão a ser os duúnviro municipais.

Um olhar fugidio

Aliciente, sem dúvida, o panorama da região na época romana, mesmo que apenas pegássemos nestes dois documentos epigráficos pelo muito que deixam transparecer da relevância de que *Ammaia* usufruía.

Quase nos apetece dizer que bem merece todas as lendas que à volta dela se geraram!

Portalegre é que, afinal, se poderia queixar por, em relação a esse período histórico, nada ter a apresentar,



3 | Inscrição epigráfica, com dedicatória ao imperador Cláudio. Museu Nacional de Arqueologia.

ofuscada que foi assim; mas, como sói dizer-se, “quem meus filhos beija minha boca adoça” e não será ilegítimo afirmar que a Portalegre também *Ammaia* deu — e continua a dar! — brilhantismo.

De resto, como nenhum homem é uma ilha, também nenhuma cidade vive, em todas as épocas da sua história, sem o seu território. Não, não vamos por aí — num eco do poema de José Régio, portalegrense de coração... — não vamos por aí, que bem depressa nos perderíamos:

— Nos mosaicos de Torre de Palma (Vaiamonte, Monforte), em que o proprietário romano mostra, num, o carinho que tinha pelos seus cavalos, representados singularmente em porte majestoso²⁵, e, noutro, com o friso das nove musas²⁶ (fig. 4), se não esquece de sugerir aos seus funcionários que não usem uma vassoura rija, pois podem deteriorar as tesselas!...

— Em Alter do Chão, a antiga *Abelterium*, o *dominus* da *villa* de Ferragial d’El-Rei não hesitou em mandar desenhar em grande mosaico uma Medusa protetora e, para mostrar a sua erudição, um instantâneo a mostrar Alexandre, o Grande, na batalha de Hidaspes²⁷ (fig. 5)!

— Ficar-se-ia fascinado com o conjunto escultórico de fino mármore branco que adornou o imponente ninfeu da *villa* da Quinta das Longas (São Vicente e Ventosa, Elvas)²⁸ (fig. 6).

— E regressaríamos a *Ammaia*, porque muito de novo na cidade se descobriu e o seu Centro de Interpretação mostra os mais recentes achados, entre os quais não será de somenos o pedestal consagrado a Mercúrio Augusto²⁹ (fig. 7), prova complementar da grande ligação político-cultural da cidade à Roma eterna e imperial!

4 | Monforte, Vaiamonte, Torre de Palma, mosaico, friso das nove musas. Museu Nacional de Arqueologia.



5 | Alter do Chão, a antiga Abelterium, grande mosaico de Alexandre, o Grande, na Batalha de Hisdaspes.



6 | Elvas, villa da Quinta das Longas, conjunto escultórico de fino mármore branco que adorna o imponente ninfeu. Museu Nacional de Arqueologia.



7 | Inscrição epigráfica com ex-voto a Mercúrio Augusto. Centro de Interpretação da Cidade de Ammaia.

Conclusão

Recordo-me de ter “passeado” pelos arredores de Elvas pelas mãos do padre Henrique da Silva Louro e não posso, por isso, deixar de evocar aqui o trabalho desse sacerdote para — além do seu múnus pastoral — dar a conhecer as antiguidades dessa região portalegrense meridional, que tem hoje no renovado Museu de Arqueologia e Etnografia de Elvas António Tomás Pires o seu polo de atração. Cá está, mais uma vez, a cidade e o seu território!

Que por ele, o território, desde tempos imemoriais se estenderam as gentes. Na época dos romanos, *Ammaia* — a tal que deixou Portalegre na penumbra! — esplendorosa cidade, e as *villae* rurais, sumptuosas elas também.

Teve a que hoje é capital de distrito umas origens humildes, medrosas, diante do prestígio da “outra”? Que interessa? Com todos os ingredientes

se confeciona um bom prato, com todos os patrimónios esparsos se constrói o património comum, com o génio de todos os obreiros se eleva a catedral!

Sim, não é preciso, agora, recorrer a um Lísias lenitário para etiquetar Antiguidade — que há pedras concretas a falar mais alto, em linguagem duradoura e primordial!

José d'Encarnação

Centro de Estudos em Arqueologia,
Artes e Ciências do Património
da Universidade de Coimbra

Imagens: 1: Jorge Oliveira, 2008; 2: Museu Municipal de Marvão. Guilherme Cardoso; 3: Museu Nacional de Arqueologia. Guilherme Cardoso; 4: Museu Nacional de Arqueologia. Guilherme Cardoso; 5: Hugo Costa, s. d.; 6: DGPC/ADF. Luísa Oliveira, 2000; 7: Centro de Interpretação da Cidade de Ammaia. Guilherme Cardoso.

NOTAS

- 1 A. Aires do NASCIMENTO — “Ulisses em Lisboa: mito e memória”. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*. pp. 195-224.
- 2 António MACHADO — *Poesias Completas*, XXIX, p. 223.
- 3 Professor Jorge de Oliveira, a quem agradeço pelo apoio concedido para a elaboração desta nota. Jorge de OLIVEIRA; Clara Duarte de OLIVEIRA — “Menires do distrito de Portalegre”. *Ibn Maruán*, 1999-2000, n.º 9-10, pp. 147-180 e Jorge de OLIVEIRA; Clara OLIVEIRA — “A arte rupestre esquemática pintada no contexto megalítico da Serra de S. Mamede”. In Victor S. GONÇALVES; Mariana DINIZ; A. C. SOUSA (ed.) — *Estudos e Memórias...*
- 4 Jorge de OLIVEIRA; António BAIRINHAS; Carmen BALESTEROS — “Inventário dos vestígios arqueológicos do Parque Natural da Serra de S. Mamede”. *Ibn Maruán*, 1996, n.º 6 e Jorge de OLIVEIRA — “Das fronteiras do 6.º milénio ao Tratado de Alcanices, entre o Tejo e a Serra de S. Mamede”. *CEAMA*, 2017, n.º 15.
- 5 Padre Jorge CARDOSO — *O Agiologio Lusitano dos Sanctos...*
- 6 Frei Amador ARRAIS — *Diálogos*, diálogo III, cap. VIII, 1589, p. 88.
- 7 André de RESENDE; Raul Rosado FERNANDES (introd., trad. e comentário) — *As Antiguidades da Lusitânia*, p. 216.
- 8 *Idem, ibidem*, p. 217.
- 9 Jorge ALARCÃO — Ob. cit., p. 42.
- 10 Jorge ALARCÃO — Ob. cit.
- 11 A. de Pinho LEAL — *Portugal Antigo e Moderno...*, vol. VII, p. 207.
- 12 Padre Jorge CARDOSO — *O Agiologio Lusitano dos Sanctos...*, pp. 427-428.
- 13 Frei Amador ARRAIS — *Diálogos*, diálogo IV, cap. VIII.
- 14 Frei Amador ARRAIS — *Diálogos*, 2.ª ed., 1604, pp. 112-113.
- 15 Diogo P. Sotto MAIOR — *Tratado da Cidade de Portalegre...*
- 16 Cf. José d'ENCARNAÇÃO — “Um elogio político: Cascais visto por frei Nicolau de Oliveira”. *Arquivo de Cascais*, 1987, n.º 6, pp. 85-97.
- 17 José d'ENCARNAÇÃO — “Fonte portalegrense em Cascais”. *Costa do Sol Jornal*, 23 jan. 2019, n.º 265, p. 6.
- 18 José d'ENCARNAÇÃO; *et alii* — “Inscrição votiva em língua lusitana (Arronches, Portalegre)”. *Conimbriga*, 2008, n.º 47, pp. 85-102.
- 19 Blanca M. PRÓSPER; Francisco VILLAR — “Nueva inscripción lusitana procedente de Portalegre”. *Emerita*, enero-junio de 2009, vol. LXXVII, n.º 1, pp. 1-32; José Cardim RIBEIRO — “Algumas considerações sobre a inscrição em ‘lusitano’ descoberta em Arronches”. *Palaeohispanica*, 2010, n.º 10, pp. 41-62, por exemplo.
- 20 Emílio HÜBNER — *CIL II*, p. 158 e p. 809.
- 21 Helena GIMENO PASCUAL — *Historia de la Investigación...* pp. 228-232.
- 22 José d'ENCARNAÇÃO — *IRCP*, 291.
- 23 Museu Nacional de Arqueologia, número de inventário E 7267.
- 24 José d'ENCARNAÇÃO — *IRCP*, 618.
- 25 José d'ENCARNAÇÃO — *IRCP*, 603.
- 26 José d'ENCARNAÇÃO — *IRCP*, 602.
- 27 Jorge ANTÓNIO — “Alexandre, o Grande e a Batalha de Hidaspes — O mosaico do triclinum da Casa de Medusa”. *Abelterium*, maio 2015, vol. II, n.º 1, pp. 52-71.
- 28 Trinidad NOGALES BASARRATE; António CARVALHO; Maria José ALMEIDA — “El programa decorativo de la Quinta das Longas (Elvas, Portugal): un modelo excepcional de las *uillae* de la Lusitania”. In Trinidad NOGALES BASARRATE; Jorge GONÇALVES (coord.) — *Actas de la IV Reunión...*
- 29 Amílcar GUERRA — “O projecto de investigação em Ammaia e os seus mais recentes contributos epigráficos”. *Anais*, 2012-2013, n.º 25-26, pp. 234-237.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de — “Os Montes Hermínios e os Lusitanos”. *Livro de Homenagem ao Prof. Orlando Ribeiro*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1988, pp. 41-48.
- ANTÓNIO, Jorge — “Alexandre, o Grande e a batalha de Hidaspes — O mosaico do triclinum da Casa de Medusa”. *Abelterium*. Alter do Chão, maio 2015, vol. II, n.º 1, pp. 52-71.
- ARRAIS, frei Amador — *Diálogos*. 1.ª edição. Coimbra: Em casa de Antonio Mariz impressor, 1589, disponível em https://digitalis-dsp.uc.pt/bg6/UCBG-R-44-26/UCBG-R-44-26_item2/index.html; 2.ª edição. Coimbra: Oficina de Diogo Gomez Loureiro, impressor da Universidade, 1604, disponível em <http://purl.pt/14115/1/>; 3.ª edição, 1846.
- CARDOSO, George — *Agiologio Lusitano dos Sanctos, e Varoens Illustres em Virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas*. Lisboa: Officina Craesbeekiana, 1652, t. 1 (jan. e fev.)
- ENCARNAÇÃO, José d' — *IRCP = Inscrições Romanas do Conventus Pacensis — Subsídios para o Estudo da Romanização*. Coimbra: Instituto de Arqueologia, 1984. [O número indica o número da inscrição no catálogo].
- ENCARNAÇÃO, José d' — “Um elogio político: Cascais visto por frei Nicolau de Oliveira”. *Arquivo de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1987, n.º 6, pp. 85-97. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/25530>.
- ENCARNAÇÃO, José d'; *et alii* — “Inscrição votiva em língua lusitana (Arronches, Portalegre)”. *Conimbriga*. Coimbra: IARQ — Universidade de Coimbra, 2008, n.º 47, pp. 85-102. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/10754>.
- ENCARNAÇÃO, José d' — “Fonte portalegrense em Cascais”. *Costa do Sol Jornal*. Cascais, 23 jan. 2019, n.º 265, p. 6.
- GIMENO PASCUAL, Helena — *Historia de la Investigación Epigráfica en España en los ss. XVI y XVII*. Saragoça: Institución “Fernando el Católico”, 1997.
- GUERRA, Amílcar — “Ammaia, Medobriga e as ruínas de S. Salvador de Aramenha. Dos antiquários à historiografia actual”. *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*. Portalegre: Atelier de Artes Plásticas, 1996, nova série, n.º 11, 1996, pp. 7-33.
- GUERRA, Amílcar — “O projecto de investigação em Ammaia e os seus mais recentes contributos epigráficos”. *Anais*, 2012-2013, n.º 25-26, pp. 223-245.
- HÜBNER, Emílio — *CIL II = Corpus Inscriptionum Latinarum - II*. Berlin: Academia das Ciências, 1869 e 1892.
- LEAL, A. de Pinho — *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geográfico, Estatístico, Chronográfico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de Todas as Cidades e Freguezias de Portugal e de Grande Número de Aldeias*. Lisboa: Typographia Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1878, vol. VII.
- MACHADO, António — *Poesias Completas*. Madrid: Espasa-Calpe, 1984.
- MAIOR, Diogo P. Sotto — *Tratado da Cidade de Portalegre e de suas Antiguidades e Fundação, Bispos que nela Residiram, e outras Antiquilhas, e Curiosidades*. Portalegre, 1619.
- MAIOR, Diogo P. Sotto; MARTINS, Leonel Cardoso (introd., leitura e notas) — *Tratado da Cidade de Portalegre e de suas Antiguidades e Fundação, Bispos que nela Residiram, e outras Antiquilhas, e Curiosidades*. Lisboa; Portalegre: Imprensa Nacional-Casa da Moeda; Câmara Municipal de Portalegre, 1984.
- NASCIMENTO, A. Aires do — “Ulisses em Lisboa: mito e memória”. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*. Lisboa: Academia das Ciências, 2006, n.º 37, pp. 195-224.
- NOGALES BASARRATE, Trinidad; CARVALHO, António; ALMEIDA, Maria José — “El programa decorativo de la Quinta das Longas (Elvas, Portugal): un modelo excepcional de las *uillae* de la Lusitania”. In NOGALES BASARRATE, Trinidad; GONÇALVES, Jorge (coord.) — *Actas de la IV Reunión sobre Escultura Romana en Hispania*. Madrid: Centro de Publicaciones del Ministerio de la Cultura, 2004, pp. 103-156.
- NOGALES, Trinidad; *et alii* — “Lusitania: investigación y proyecto arqueológico en la ciudad romana de Ammaia. Primeros resultados y expectativas de futuro”. *Informes y trabajos. Excavaciones en el exterior*. Mérida: Museu Nacional de Arte Romano, 2020. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/46324>.
- OLIVEIRA, Jorge de; BAIRINHAS, António; BALESTEROS, Carmen — “Inventário dos vestígios arqueológicos do Parque Natural da Serra de S. Mamede”. *Ibn Maruán*. Marvão: Câmara Municipal de Marvão, 1996, n.º 6.
- OLIVEIRA, Jorge de; OLIVEIRA, Clara Duarte de — “Menires do distrito de Portalegre”. *Ibn Maruán*. Marvão: Câmara Municipal de Marvão, 1999-2000, n.º 9-10, pp. 147-180.
- OLIVEIRA, Jorge de; OLIVEIRA, Clara — “A arte rupestre esquemática pintada no contexto megalítico da Serra de S. Mamede”. In GONÇALVES, Victor S.; DINIZ, Mariana; SOUSA, A. C. (ed.) — *Estudos e Memórias — Livro de Actas do 5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa: UNIARQ, 2015.
- OLIVEIRA, Jorge de — “Das fronteiras do 6.º milénio ao Tratado de Alcanices, entre o Tejo e a Serra de S. Mamede”. *CEAMA* 15. Almeida: Centro de Estudos de Arquitectura Militar, 2017.
- PRÓSPER, Blanca M.; VILLAR, Francisco — “Nueva inscripción lusitana procedente de Portalegre”. *Emerita*, enero-junio de 2009, vol. LXXVII, n.º 1, pp. 1-32.
- RESENDE, André de — *De Antiquitatibus Lusitaniae*. Évora: s. n., 1593.
- RESENDE, André de; FERNANDES, Raul Rosado (introd., trad. e comentário) — *As Antiguidades da Lusitânia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- RIBEIRO, José Cardim — “Algumas considerações sobre a inscrição em ‘lusitano’ descoberta em Arronches”. *Palaeohispanica*, 2010, n.º 10, pp. 41-62.
- VASCONCELLOS, José Leite de — “Localização da cidade de Ammaia”. *Ethnos*, 1935, n.º 1, pp. 5-9.